

2ª Pesquisa **Realidade e** **Necessidades** **da Gestão Estratégica**

da Justiça
do Trabalho

Maio / 2019

Apresentação

Em maio de 2017, a Coordenadoria de Gestão Estratégica do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CGEST) realizou a 1ª Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho. A pesquisa, além de levantar parâmetros necessários à estruturação da 2ª Reunião Nacional da Estratégia da Justiça do Trabalho - 2ª Reune-JT, apresentou a realidade e as necessidades das áreas de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho.

Com o objetivo de monitorar mudanças nas áreas de Gestão Estratégica, a CGEST realizou a 2ª Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho. As respostas apresentadas pelos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, no período de 10 a 17 de maio de 2019, são apresentadas neste relatório, bem como um comparativo com os dados apurados em 2017, quando houver correspondência.

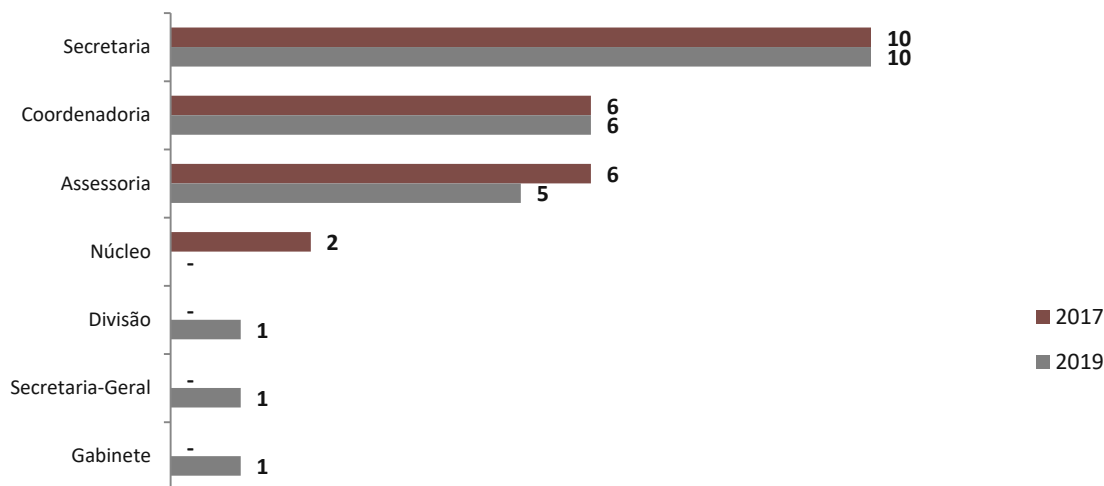
Este estudo dessa vez foi estruturado em 3 eixos:

- Estrutura e Competências
- Planejamento Estratégico 2021-2026
- Gestão de Riscos

Estrutura e Competências

ITEM 1

Tipo da Unidade

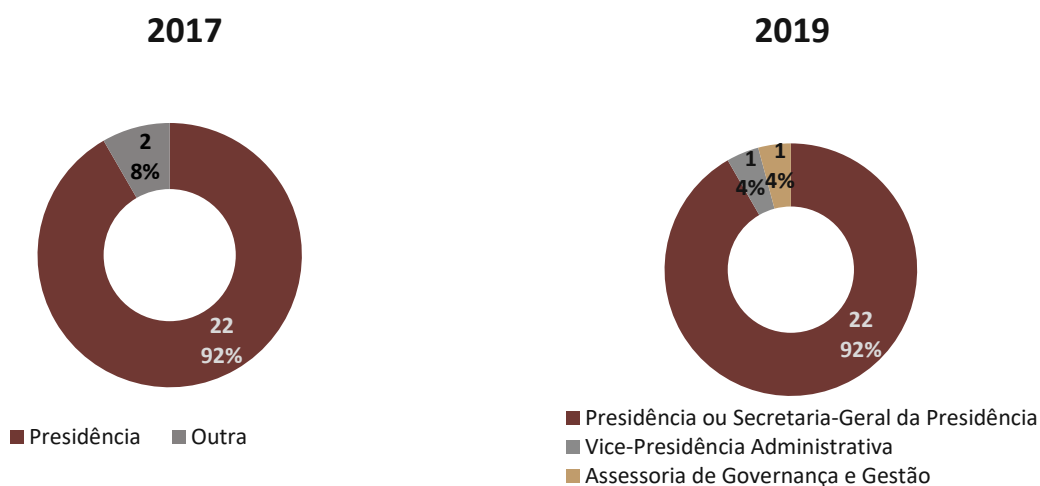


Nota: sinal convencional utilizado: - dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Em dez Tribunais, a área de gestão estratégica é uma Secretaria e, em seis, é Coordenadoria, mantendo o observado em 2017. Verifica-se, ainda, que dois Núcleos foram extintos, bem como uma Assessoria. No lugar, surgiram uma Divisão, uma Secretaria-Geral e um Gabinete.

ITEM 1.1

Unidade à qual a área de Gestão Estratégica está subordinada na estrutura organizacional do TRT

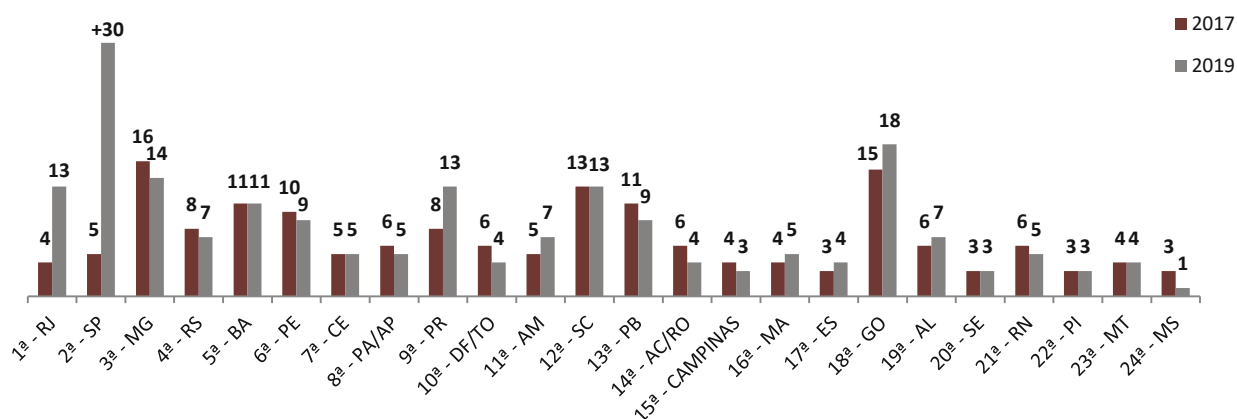


Em ambos os anos, a área de Gestão Estratégica está subordinada à Presidência em 22 TRTs; e em dois, à unidade diversa. No ano de 2019, os Tribunais especificaram a área, sendo que em um a subordinação é à Vice-Presidência e no outro à Assessoria de Governança e Gestão.

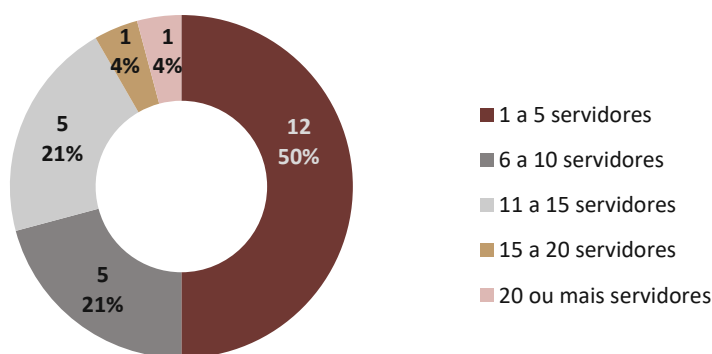
Estrutura e Competências

ITEM 2

Número de servidores da área de Gestão Estratégica



A média de servidores na área de Gestão Estratégica é de 8,2 em 2019, sendo a mediana igual a seis. Verifica-se no gráfico que, em 10 Tribunais, houve diminuição do número de servidores de 2017 para 2019. Em seis, a quantidade permanece igual e em oito, houve aumento.



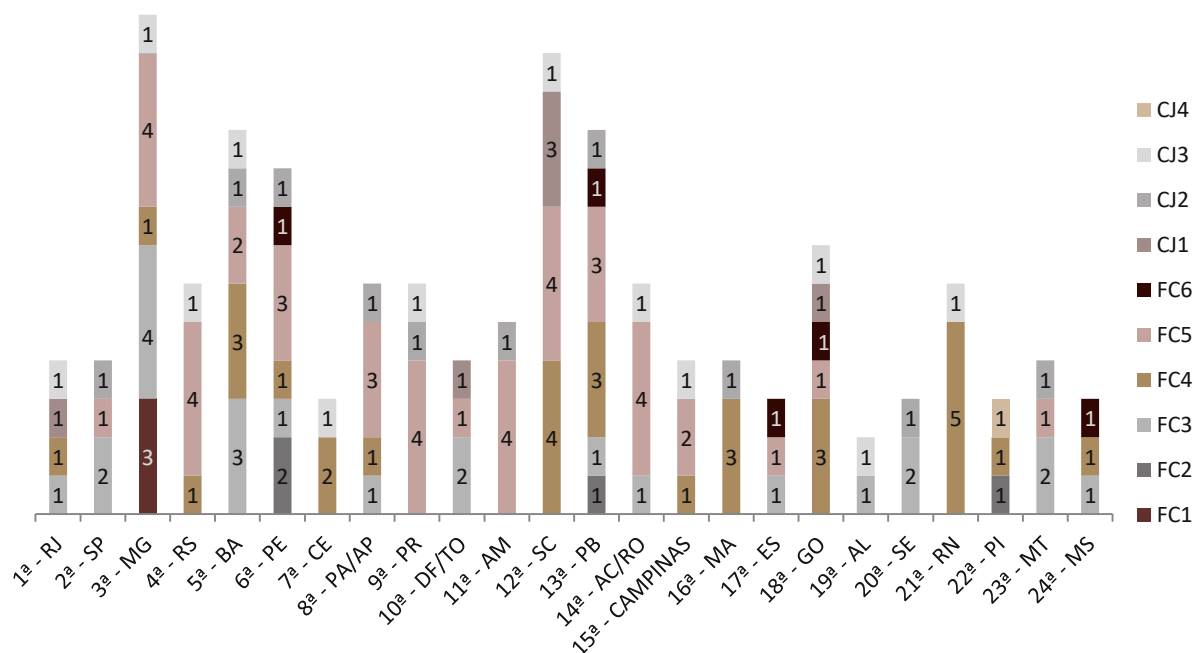
Observa-se que a metade dos Tribunais (12) possui de um a cinco servidores na área de Gestão Estratégica. Outros dez TRTs possuem de 6 a 15 servidores.

Estrutura e Competências

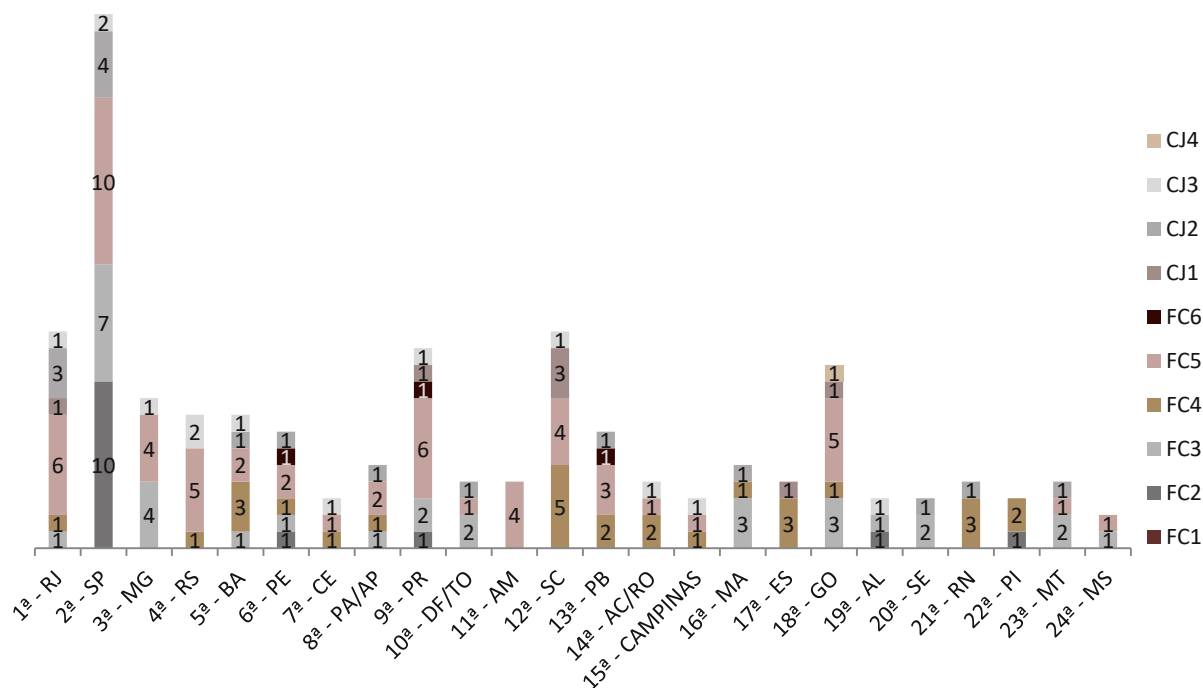
ITEM 3

Quantitativo de cargos em comissão e funções na área de Gestão Estratégica

2017



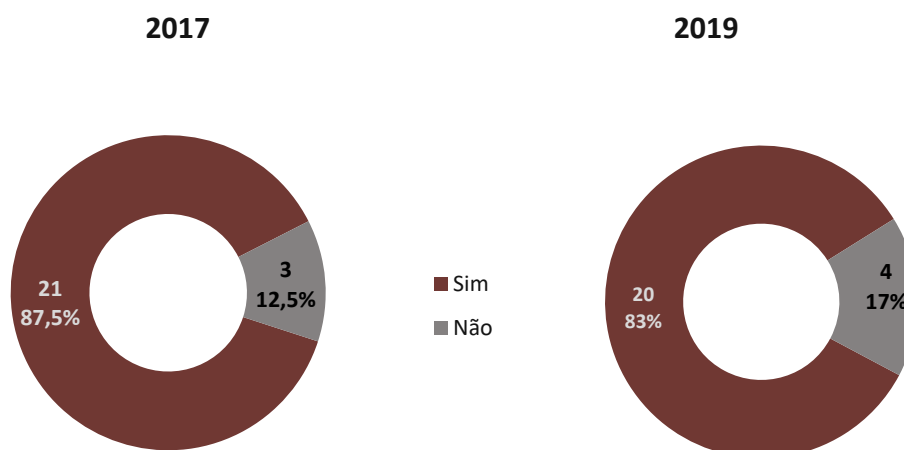
2019



Estrutura e Competências

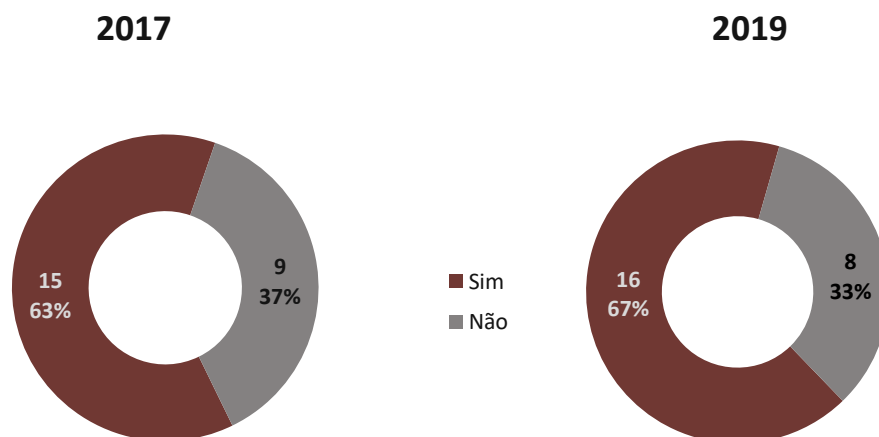
► ITEM 4

Há Escritório de Projetos vinculado à área de Gestão Estratégica?



► ITEM 5

Há Escritório de Processos vinculado à área de Gestão Estratégica?

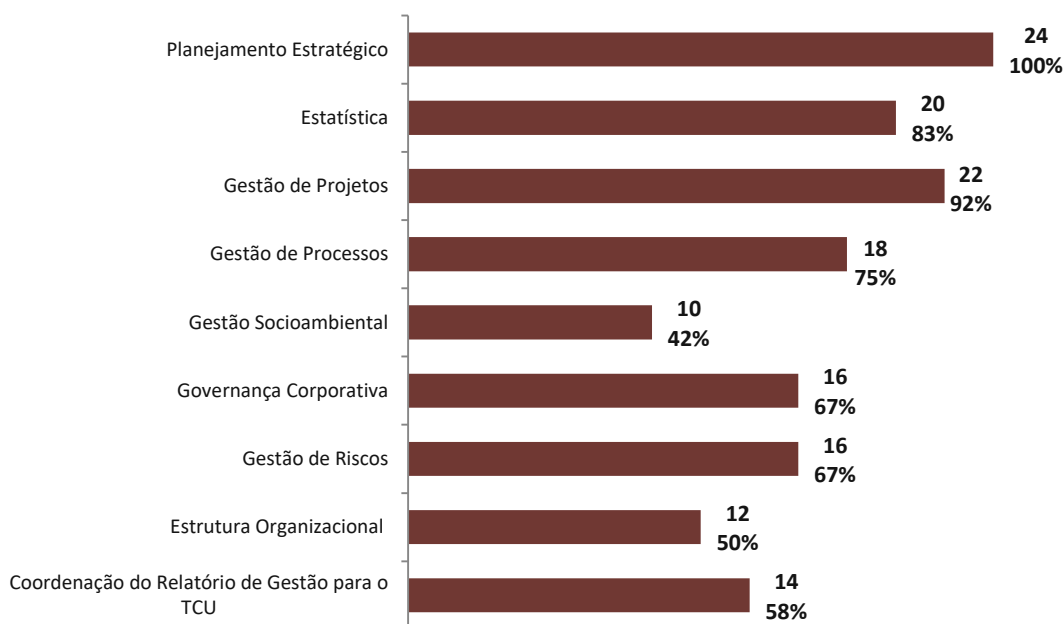


Verifica-se que, em 2019, 83% dos Tribunais possuem Escritório de Projetos vinculado à área de Gestão Estratégica e 67% possuem Escritório de Processos. No comparativo com 2017, observa-se diminuição de um TRT no primeiro caso e aumento de um Tribunal no segundo caso.

Estrutura e Competências

► ITEM 6

Competências que são exercidas efetivamente pela área de Gestão Estratégica, considerando as áreas vinculadas à unidade.



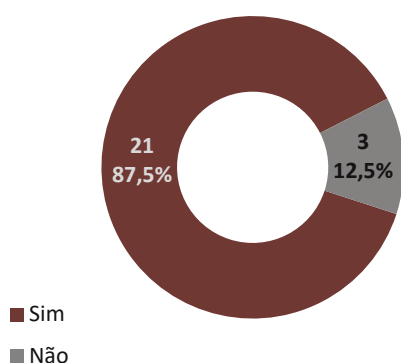
A área de Gestão Estratégica dos 24 Tribunais Regionais é responsável pelo Planejamento Estratégico. Além disso, em 22 e 20 TRTs, a área exerce atividades de Gestão de Projetos e Estatística, respectivamente. Observa-se, ainda, que em 58% dos Tribunais Regionais, a Gestão Estratégica realizou a coordenação do Relatório de Gestão para o Tribunal de Contas da União. Comparando com os dados apresentados em 2017, observa-se que cinco Tribunais adicionaram às suas atividades a Governança Corporativa; três, a Gestão Socioambiental; dois, a Estatística; e um, a Gestão de Processos.

Os Tribunais Regionais elencaram outras atividades exercidas pela unidade como: Governança de TIC, Pessoas e Contratações; Gestão Judiciária; Coordenação/acompanhamento do cumprimento dos requisitos do selo Justiça em Números; Assessoramento Institucional (Comitês, Comissão, Programas, Grupos); Inteligência Estratégica.

Estrutura e Competências

► ITEM 7

O Tribunal realiza o desdobramento das metas do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho?

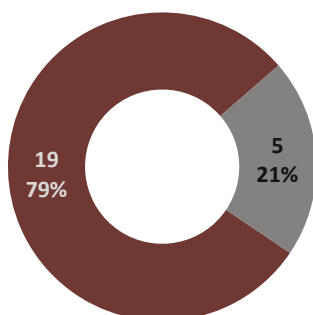


A maioria dos Tribunais Regionais, 87,5%, realiza o desdobramento das metas do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho.

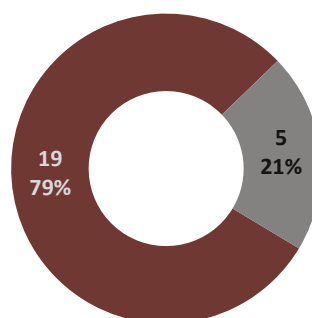
► ITEM 8

A área de Estatística está diretamente vinculada à área de Gestão Estratégica?

2017



2019

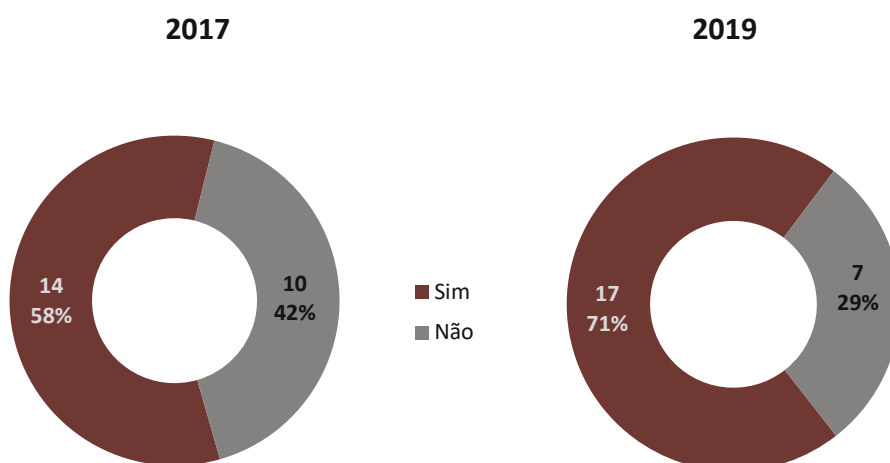


De acordo com o apresentado nos gráficos, de 2017 para 2019 não houve alteração na quantidade de TRTs que possuem área de Estatística vinculada à área de Gestão Estratégica.

Estrutura e Competências

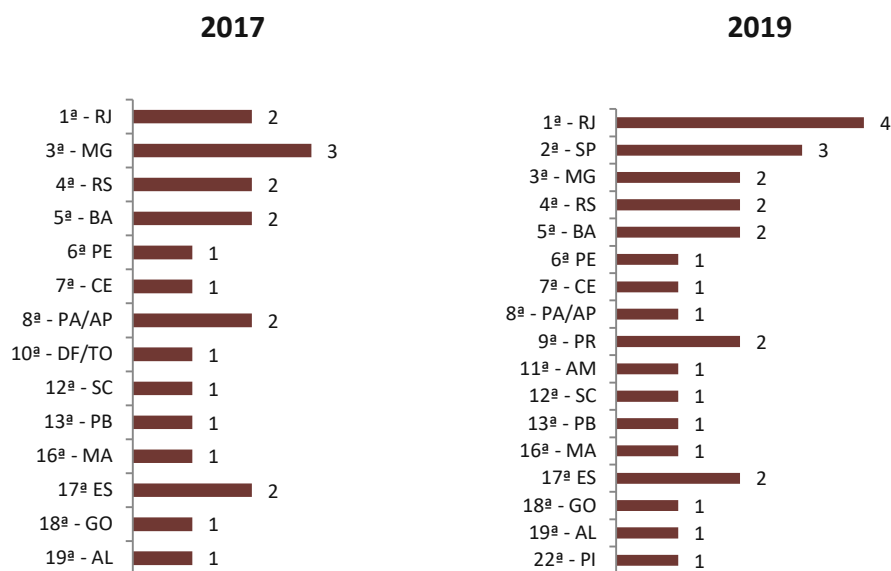
ITEM 8.1

A área de Gestão Estratégica possui profissional da Estatística?



ITEM 8.1.1

Se houver servidor com formação em Estatística, quantos são?

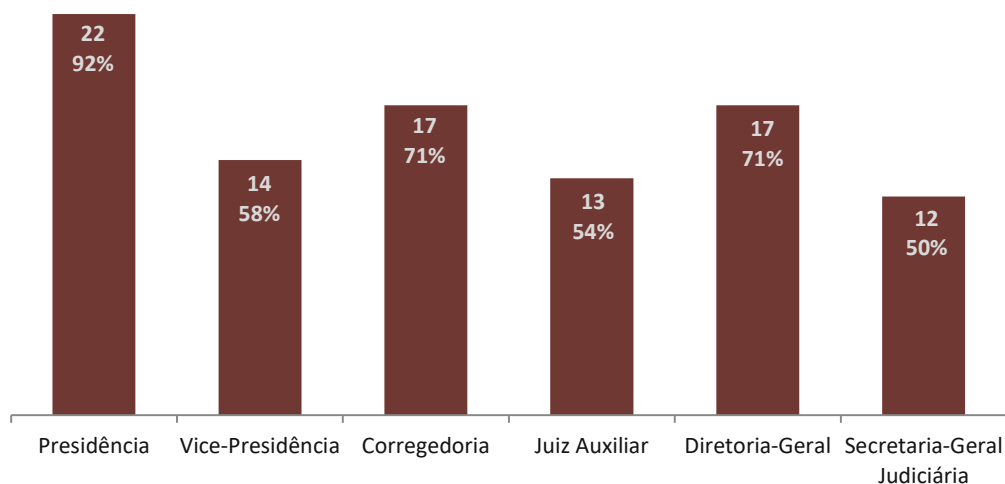


Do ano de 2017 para 2019, em quatro Tribunais (TRTs da 2ª, 9ª, 11ª e 22ª Regiões) a área de Gestão Estratégica passou a ter profissional da Estatística vinculado à área. O TRT da 10ª Região, por outro lado, deixou de ter profissional com essa formação.

Estrutura e Competências

► ITEM 9

Quais áreas da administração participam das decisões e atividades relativas à Gestão Estratégica?



Dos 24 Tribunais, 22 (91,7%) responderam que a Presidência participa das decisões e atividades relativas à Gestão Estratégica. Por outro lado, a Secretaria-Geral Judiciária está envolvida nas decisões da unidade em apenas 12 TRTs, 50%.

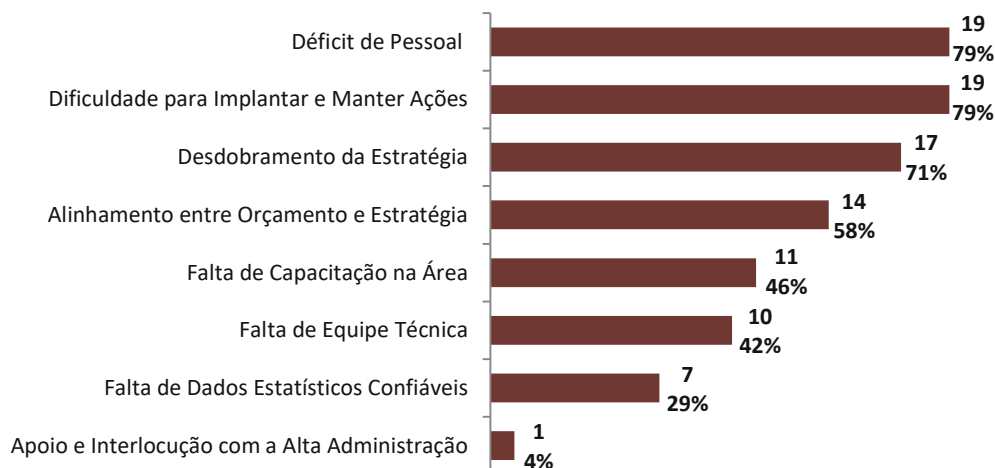
Os Tribunais Regionais do Trabalho elencaram outras áreas que participam das decisões e atividades relativas à Gestão Estratégica: Estatística, Tecnologia da Informação, Escola Judicial, Auditoria, Orçamento, Gestão de Pessoas, Comitê de Priorização de 1º grau, Comitê de Governança, Desembargadores, Juízes, Diretores das Secretarias Administrativas, Diretores de Varas, Secretaria do Tribunal Pleno.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho

Estrutura e Competências

► ITEM 10

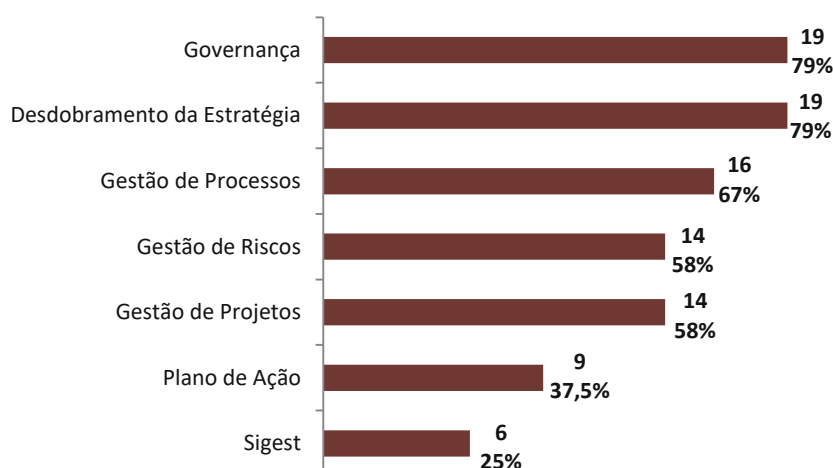
Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo gestor da área de Gestão Estratégica?



Dentre as dificuldades listadas, 19 (79,2%) TRTs marcaram como uma das maiores o déficit de pessoal e a dificuldade para implantar e manter ações. Em seguida, foram listadas o desdobramento da estratégia e o alinhamento entre orçamento e a estratégia, respectivamente.

► ITEM 11

Temas prioritários para capacitação da área de Gestão Estratégica

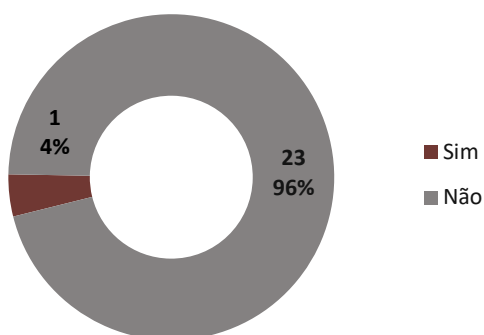


Dezenove Tribunais Regionais marcaram como tema prioritário para capacitação: governança e desdobramento da estratégia. Além disso, dezesseis TRTs consideram a gestão de processos um assunto prioritário para as áreas de Gestão Estratégica.

Planejamento Estratégico 2021-2026

► ITEM 12

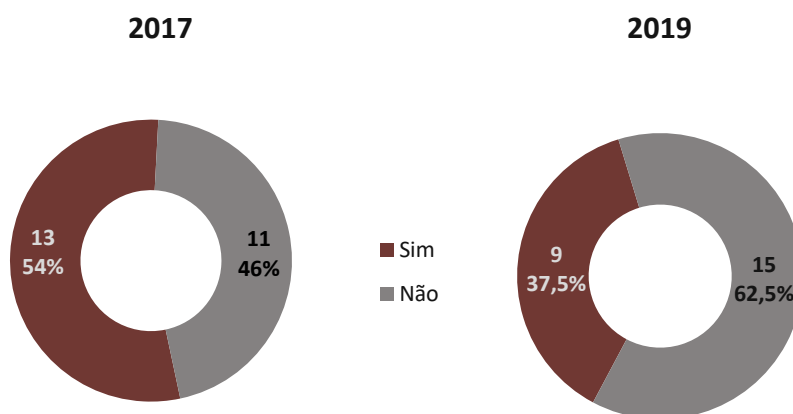
O Tribunal Regional já iniciou as discussões sobre o Planejamento Estratégico 2021-2026?



Apenas um Tribunal Regional iniciou as deliberações sobre o Planejamento Estratégico 2021-2026.

► ITEM 13

Na sua opinião, o modelo de processo participativo trazido pela Resolução CNJ nº 221/2016 apresenta resultados efetivos?

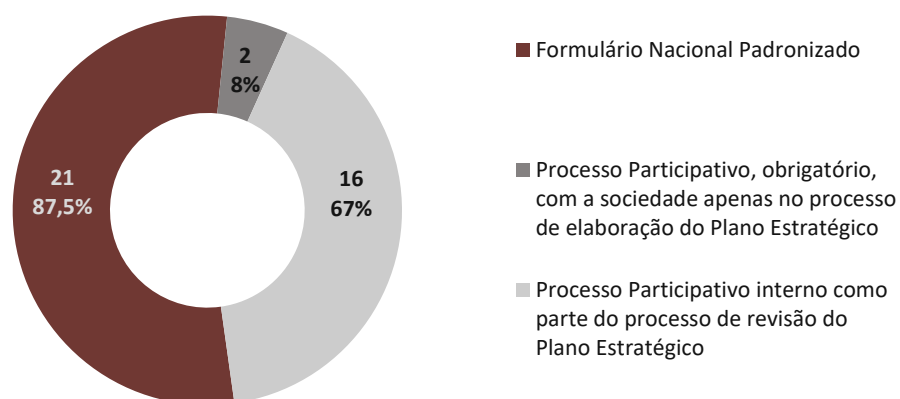


Observa-se diminuição de quatro Tribunais Regionais que classificam o processo participativo, da forma solicitada pelo Conselho Nacional de Justiça, como efetivo.

Planejamento Estratégico 2021-2026

► ITEM 13.1

Na sua opinião, de que forma o processo participativo deveria ser realizado para apresentar resultados mais efetivos?

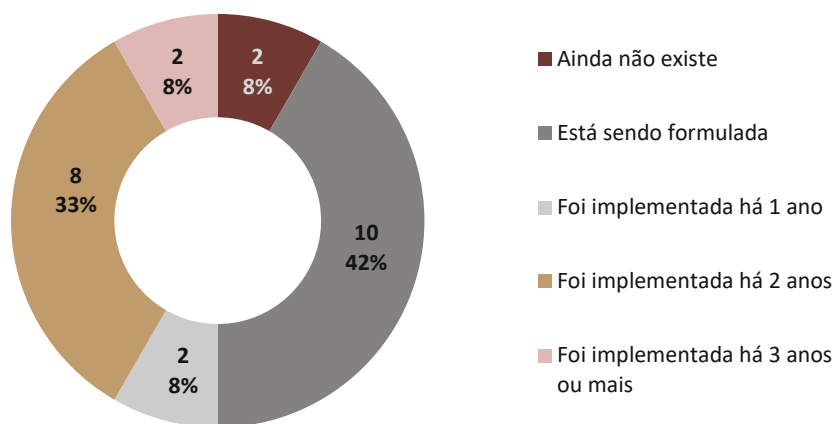


Dos vinte e quatro Tribunais Regionais do Trabalho, 21 (87,5%) acreditam que uma maneira de obter resultados mais efetivos no processo participativo, seria a elaboração de um formulário nacional para aplicação de forma padronizada. Além disso, 16 (67%) TRTs entendem que o processo participativo deve ser parte do processo de revisão do Plano Estratégico.

Gestão de Riscos

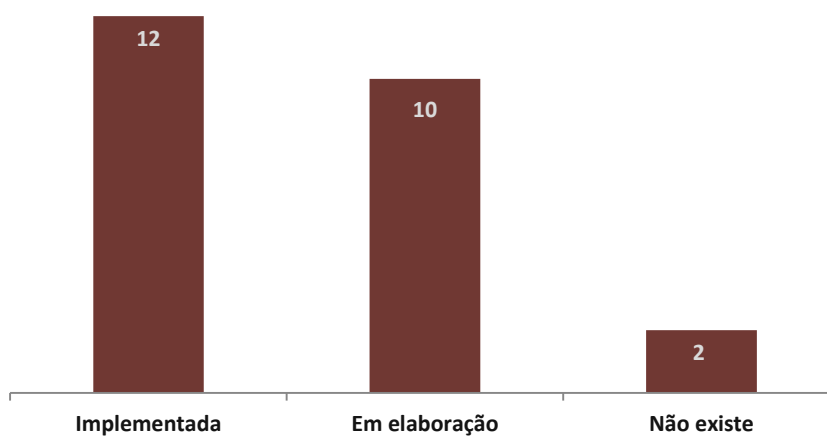
► ITEM 14

A Política de Gestão de Riscos:



O gráfico aponta que dois Tribunais Regionais ainda não instituíram sua Política de Gestão de Riscos e 10 a estão formulando. Em 12 TRTs a Política de Gestão de Riscos já foi implantada, sendo que na maioria, oito, vigora há dois anos.

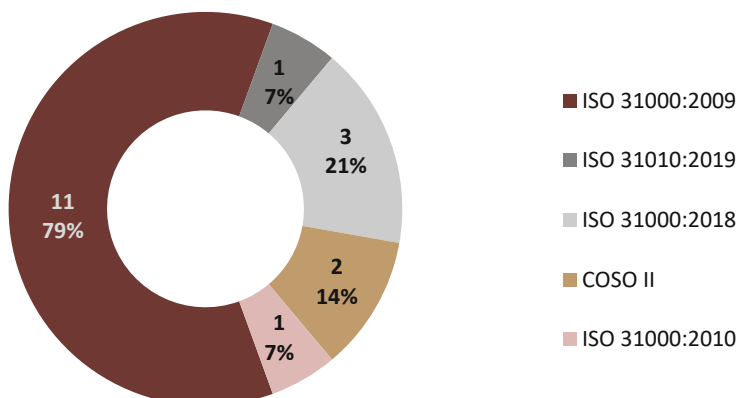
Política de Gestão de Riscos nos Tribunais Regionais do Trabalho



Gestão de Riscos

► ITEM 14.1

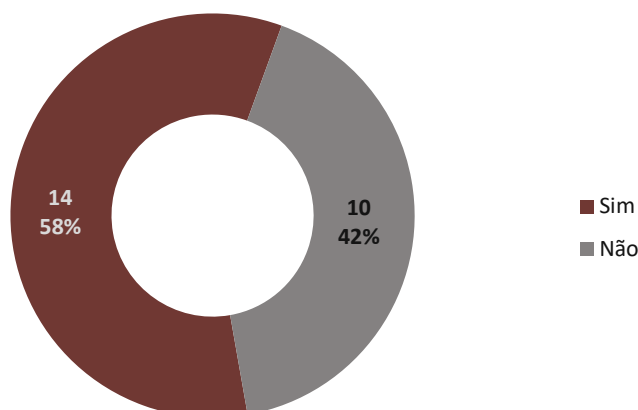
Se houver Política de Gestão de Riscos, qual norma foi utilizada para embasar o modelo adotado?



Catorze Tribunais Regionais informaram à norma que foi utilizada na elaboração da política/revisão, ou está sendo utilizada na formulação da política. Desses, a maioria, 11 (79%), utilizou a ISO 31000:2009. Destaca-se que cinco TRTs utilizaram mais de uma norma para o processo de formulação da Política de Gestão de Riscos.

► ITEM 15

Há Comitê de Gestão de Riscos no Tribunal Regional?

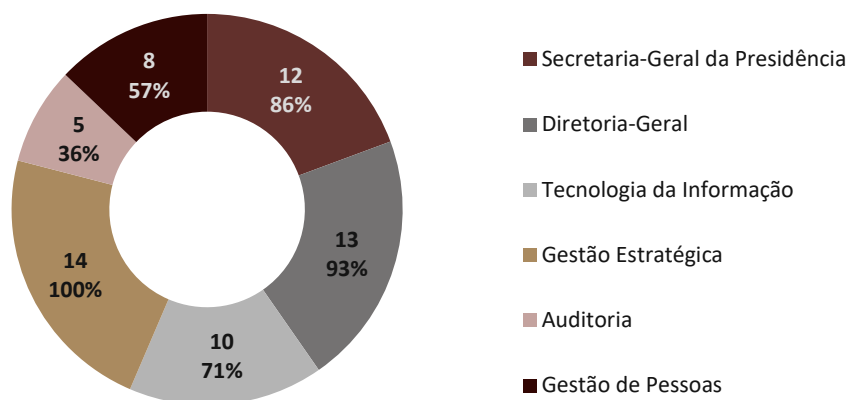


Na maioria dos Tribunais Regionais, 14 (58%), há um Comitê de Gestão de Riscos.

Gestão de Riscos

► ITEM 15.1

Se houver Comitê de Gestão de Riscos no Tribunal Regional, quais áreas o integram?



Nos 14 Tribunais Regionais que instituíram o Comitê de Gestão de Riscos, formalmente, a Gestão Estratégica o integra em 100% dos casos. Além dela, a Diretoria-Geral participa do referido Comitê em 13 TRTs, seguida pela Secretaria-Geral da Presidência que o compõe em 12 Tribunais.

Foram elencadas outras unidades que também integram o Comitê de Gestão de Riscos: Orçamento, Comunicação, Segurança Institucional, Corregedoria, Secretaria-Geral Judiciária, Presidência, Comitê de Governança, Comitê de Priorização do 1º grau, Coordenadoria de Material e Logística. Foram citados, ainda, o Magistrado Gestor de Metas, um Desembargador e os Diretores de Varas.

O TRT da 8ª Região informou que a Resolução nº 31/2015, do respectivo Tribunal, dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos. No artigo 9ª, são elencadas as unidades envolvidas (Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno; Coordenadoria de Gestão Estratégica e Coordenadoria de Governança Institucional) e suas respectivas responsabilidades.

O TRT da 12ª Região não possui Comitê de Gestão de Riscos, mas o Comitê de Governança adicionou essa atribuição às suas responsabilidades. As áreas envolvidas são: Secretaria-Geral da Presidência, Diretoria-Geral, Tecnologia da Informação, Gestão Estratégica, Auditoria e Comitê de Governança Institucional.

O TRT da 16ª Região aguarda a publicação da portaria que irá instituir o Comitê de Gestão de Riscos. O referido comitê será integrado pela Secretaria-Geral da Presidência, Diretoria-Geral, Tecnologia da Informação, Gestão Estratégica, Coordenadoria de Gestão de Pessoas e Coordenadoria de Material e Logística.



CSJT

CONSELHO SUPERIOR DA
JUSTIÇA DO TRABALHO